



Luís Antônio

Ensino superior

“Particulares têm subsídio”

A “tática da diluição ou de despistamento” norteou a elaboração do programa oficial para educação, na opinião do professor Luís Antônio Cunha, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e autor de vários livros sobre a universidade. “Essa tática consiste em todos apresentarem objetivos com os quais não há do que discordar, após um diagnóstico muito genérico, permitindo ao ministro fazer o que quiser com os recursos destinados”, define Luís Antônio.

Ele considera o plano mais atrasado que o do governo Sarney. “Embora com muitos problemas de operacionalização, o governo anterior voltou-se para problemas mais prementes das universidades, com os projetos *Biblos* e *Micros*, que previam a aquisição de 488 mil títulos de livros e periódicos e de mil computadores para as universidades brasileiras. No atual plano, a renovação do acervo bibliográfico, calcanhar de aquiles de qualquer atualização do ensino e pesquisa, está diluída”, justifica.

Após “garimpar” com dificuldade no plano do governo algumas definições relacionadas ao ensino superior, o professor critica a ênfase dada ao setor privado, referindo-se ao Programa de Fomento das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão das 52 instituições federais de ensino superior, ao qual foram destinados Cr\$ 500 milhões, e ao programa para beneficiar 29 instituições “não federais”, que recebeu Cr\$ 7,7 bilhões.

“Usar o termo *instituições não federais* significa colocar na mesma categoria universidades como a USP ou a Unicamp, estaduais, e centenas de faculdades privadas de baixa categoria acadêmica. Assim, fica dissimulado o subsídio ao setor privado”, diz. Esse subsídio traduz-se também, segundo Cunha, nos Cr\$ 62,4 bilhões destinados ao crédito educativo no ensino superior, contra os Cr\$ 7 bilhões reservados à manutenção das instituições federais.

A questão da autonomia universitária também não fica clara, para Cunha. “O plano do governo menciona, no início do texto, que a legitimação da autonomia universitária vai depender do desempenho das instituições, e nada é mais justo. Mas, como ter bom desempenho sem recursos?”, indaga. “A não ser que o governo pretenda que as universidades públicas se mantenham buscando recursos no mercado, o que não acontece em nenhum lugar do mundo”, supõe. Ele ressalta também que apesar de o plano do governo subordinar a autonomia universitária à avaliação de seu desempenho, não apresenta qualquer programa de apoio a essa avaliação.